

# CÔA VISÃO

17

Economia, Ciência e Cultura  
N.º 17. ANO 2015



Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa

ISSN 2245-9344

**CÔA** Economia,  
Ciência e Cultura  
**Visão**<sub>17</sub>

## **CÔAVISÃO 17**

### **COORDENAÇÃO**

José Manuel Costa Ribeiro  
António N. Sá Coixão

### **EDIÇÃO**

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa  
Praça do Município  
5150-642 Vila Nova de Foz Côa

### **DESIGN GRÁFICO**

Jorge Davide Sampaio (Fundação Coa Parque)

### **IMPRESSÃO**

Côa Gráfica - Artes Gráficas, Lda.  
Vila Nova de Foz Côa

### **DEPÓSITO LEGAL**

978-972-872-8763-20-6

### **ISBN**

978-972-8763-23-7

### **TIRAGEM**

750 exemplares

### **CAPA**

Pendente perto da foz da ribeira de Piscos  
Fotografia de António Martinho Baptista

### **DATA DE EDIÇÃO**

Maio de 2015

### **PERIODICIDADE**

Anual

# Índice

PREFÁCIO	3
INTRODUÇÃO	5
OS COORDENADORES	
<b>ECONOMIA</b>	10
Falhas Institucionais e Científicas da Crise da Filoxera - 1863-1893	
El desarrollo de los ferrocarriles peninsulares transfronterizos con la provincia de salamanca	28
Usos e propriedades da amêndoa	36
Pensar no presente, o futuro do Parque Arqueológico/Museu do Côa no horizonte 2020	42
As pedreiras romanas do Salgueiro	94
Arte rupestre do castro de São Jurge - Ranhados (Mêda)	100
Glossário dos principais elementos característicos da estação arqueológica de Castanheiro do Vento (3º e 2º milénio a.c.)	108
Escavar para quê? Conhecer os artistas para compreender a arte do Côa	120
O Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor (PSP do AHBS),	132
<b>CIÊNCIA</b>	52
O Carril Mourisco	
O traçado romano de uma grande rota contemporânea	
As “estruturas circulares” em Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa). Exercícios descritivos e interpretativos da forma e da organização do espaço	80
<b>CULTURA</b>	171
Banda musical de Freixo de Numão – 1865 – 2015	
150 ANOS AO SERVIÇO DA CULTURA	
Armando Martins Janeira e o pensamento colonial	181
Adventino Fachada, um artista da história local	183
Parque Arqueológico do Vale do Côa - Portefólio I	187
Criar destruindo: a arte de Vihils	245

# ◊ Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor (PSP do AHBS) - 2010 - 2015

## **Resumo**

A construção de uma nova barragem hidroeléctrica na região de Trás-os-Montes - *Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor (AHBS)* – deu lugar a um ambicioso plano de minimização dos impactes da empreitada de obra. Centrado sobre um território, o Baixo Sabor, esse Plano desenvolveu entre 2010 e 2015 uma aproximação integrada que visou a investigação das dinâmicas de transformação do território na longa duração, da Pré-história aos nossos dias. Encerrados os trabalhos de campo e elaborados os relatórios preliminares, os principais responsáveis pela execução do Plano de Salvaguarda do Património apresentam num *dossier* de síntese os principais resultados e um balanço do processo.

## **Palavras-chave**

Património; Baixo Sabor; Salvaguarda; Minimização.

## O Edificado no Baixo Sabor

Paulo Dordio\*

O Estudo do Edificado designa normalmente o registo e interpretação das manifestações da arquitectura vernacular ou popular que chegaram ao presente ainda em uso ou pelo menos, mesmo que em ruína e abandonadas, suficientemente identificáveis enquanto estruturas edificadas sem o recurso a metodologias de escavação arqueológica. No Plano de Salvaguarda do Património do Baixo Sabor houve porém necessidade de reequacionar o objecto e as metodologias de estudo do Edificado. Na verdade, ao valorizar patrimonialmente e fazer incluir no processo da Salvaguarda o *Momento Atual da Paisagem*, deparamo-nos com um imenso *continuum* multidimensional constituído não só por macro arquitecturas mas igualmente por um sem fim de arquitecturas micro, coberturas vegetais, gestos, memórias e representações dos seus habitantes. Por outro lado, como historiadores e arqueólogos, sentimos a urgência de ganhar profundidade histórica em relação ao que está aí perante os nossos próprios sentidos, a fim de retomar a narrativa proposta pelos estudos dos momentos anteriores e mais antigos dessa mesma paisagem. Mas essa aproximação histórica não se perspectiva apenas como ganhar o momento de chegada de uma longa diacronia. Antes, valoriza e põe em relevo processos de pequeno alcance e temporalidades curtas que a densidade da informação, disponível neste caso, consente.

Perspectivando a partir do presente, surge desde logo como primeiro objecto de atenção o da reconstituição e o entendimento daquela paisagem tradicional percebida como o momento de organização do território rural imediatamente anterior às profundas ruturas que no prazo de apenas meio século, entre 1950 e 2000, fariam reduzir o peso da população rural portuguesa de valores superiores a 50% para valores inferiores a 5%.

Perspectivada porém na longa duração, a paisagem tradicional preenche o período que se estende entre a Idade Média Plena (século XI) e o auge da ocupação demográfica do espaço rural que acontece precisamente nas décadas de 1950 e 1960. Mas, daquelas décadas ao presente, uma miríade de acontecimentos, gestos e acções ou, tão só, intenções, são acessíveis permitindo a quem os estuda dar conta das transformações que observa e que trouxeram a paisagem e o território ao

momento actual que a documentação produzida pelos trabalhos de campo e os registos tão intensivamente procuraram preservar.

\*  
Coordenador Geral  
do PSP e  
Coordenador do  
Estudo do Edificado

O Plano de Salvaguarda do Património do Baixo Sabor, ao recusar uma visão atomística do património, propõe para o estudo dos elementos patrimoniais - sítios arqueológicos, edificado ou modos de vida e memórias das populações actuais - uma investigação integrada, perspectivando-os na sua inter-relação e na relação significativa com o território e a paisagem em diacronia. Mantendo essa mesma visão, o Estudo do Edificado avança a necessidade de compatibilizar a macro com a micro arquitecturas, o registo do material com o registo das memórias e das representações dos habitantes. Perspectivar a paisagem e o território como um *continuum*, conduziu a reflexão metodológica à eleição do “prédio rústico” como a unidade de paisagem e de informação mais comum nas tarefas de descrição e interpretação. É a realidade a que se refere a expressão “*aquele meu prédio ali*”, continuamente repetida e por nós ouvida ao longo das centenas de horas de entrevistas realizadas aos habitantes do Baixo Sabor no esforço de registar uma descrição do vale que ia ser submerso.

Na verdade, cada uma daquelas unidades de paisagem é, em primeiro lugar, uma propriedade, quer dizer uma extensão sobre a qual se exercem direitos associados a determinados indivíduos ou famílias; os quais foram, ao longo do tempo e das sucessivas gerações, objeto de herança ou alienação. É, em segundo lugar, uma unidade de exploração agrícola, quer dizer um conjunto de recursos organizados de acordo com as tecnologias disponíveis de forma a garantir subsistência e rendimento que sofreram ao longo do tempo processos de maior ou menor intensificação ou de abandono. É ainda, em terceiro lugar, uma memória, quer dizer um lugar identificável pelos membros da comunidade por nome próprio (topónimo) no qual se acumulam e ao qual se associam vivências e expressões que fazem parte da memória e da História da mesma comunidade. A paisagem e o território transformam-se assim numa rede de lugares, entendido o lugar como um espaço individualizável e delimitado com sentido para os seus ocupantes, individualização e sentidos

esses a que o investigador pode aceder e estudar para construir uma descrição e uma narrativa. Certamente que essa rede exhibe lugares a diferentes escalas, lugares mais macro como lugares mais micro, mas é também certamente o “prédio rústico” o tipo de lugar mais comum ao longo de ambas as margens do Baixo Sabor.



Figura 1: Moinho do Freitas (entre Vilar Chão, Alfândega da Fé e Paradelas, Mogadouro)

Moinho de submersão, de carácter sazonal, constituindo o tipo de moagem mais comum do curso do Baixo Sabor no passado. A vontade e a persistência do seu proprietário e moleiro – Sr. António Freitas – mantinham ainda em funcionamento este moinho, até ao ano de 2011. Último descendente de uma família de moleiros, permitiu o registo vivo do *fazer* e *saber fazer* bem como da *memória* de várias gerações ligadas à utilização tradicional da força do rio como elemento essencial de uma paisagem de *pão* como foi a do vale e planaltos do Baixo Sabor.



Figura 2 – Pegões da Ponte de Cilhades, Felgar, Torre de Moncorvo (EP 155, Foto 0155-0002)

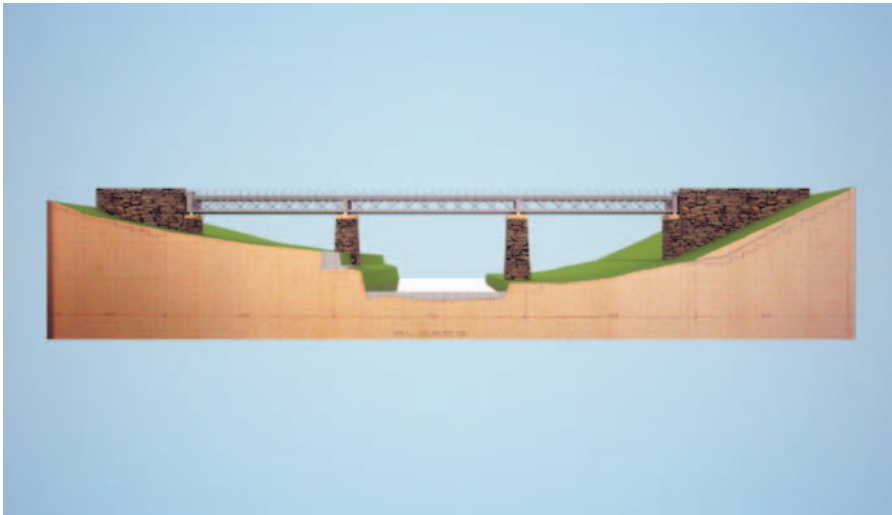


Figura 4



Figura 5



Figura 6

### Figura 3: Reconstituição virtual de Ponte de Cilhades (EP 155, Foto 0155-0057)

Os Pegões da Ponte erguiam-se nas margens do Sabor junto a Cilhades como uma memória da *Tragédia dos Afogados* que no ano de 1917 havia feito perecer no rio empreiteiro e trabalhadores ocupados na construção que não mais seria retomada. A investigação desenvolvida no fundo antigo, não tratado, da Junta Autónoma das Estradas do Arquivo Distrital de Bragança deu a conhecer muitas novas peças documentais deste mesmo processo. O projecto da *Ponte do Felgar*, elaborado pelo *Engenheiro Carvalho e Sá*, natural de Torre de Moncorvo, onde havia nascido a 1875, e que foi chefe do gabinete do Ministério das Obras Públicas, tinha sido aprovado entre 1914 e 1915. Os documentos, constituídos pelo projecto inicial com todas as respectivas peças gráficas, o caderno de encargos e a memória descritiva, revelaram um ambicioso empreendimento de acessibilidades regionais em arquitectura de ferro que se completaria com uma nova estrada através da qual pretendiam os seus promotores por em ligação os planaltos de Gouveia e Ferradosa de Alfândega da Fé com a linha de caminho-de-ferro do Sabor. A empreitada de pedreiro teria então início já no final de 1916, data do envio do *auto de consignação* à antiga Direcção-Geral, e acabaria concluída a 13 de Setembro de 1919 pela esposa do empreiteiro falecido, *Estelita Amelia Baptista*. Após a conclusão dos pilares, porém, a construção do tabuleiro de ferro e da estrada nunca chegaria a concretizar-se, falta de vontades e de recursos, gorando-se as acessibilidades perspectivadas.

### Figuras 4 a 8 – A Mondana e o Vale do Chó na margem direita do Sabor, Cardanha, Torre de Moncorvo.

Num disputado limite entre duas comunidades, a Cardanha e o Felgar, localizam-se dois montes, a *Mondana*, que enquadram a depressão formada por uma das muitas linhas de água secundárias que correm para o Sabor, o *Vale do Chó* (Figs. 4, 5 e 6 – Modelação de terreno 3D e cobertura de satélite Google Earth, 2003). Os levantamentos topográficos e arquitectónicos de todo o tipo de construções identificadas no terreno conjugados com o levantamento cadastral e as entrevistas e inquéritos orais realizadas junto dos proprietários e outros habitantes do vale permitiram a individualização e caracterização dos

“prédios rústicos” de acordo com as materialidade e as memórias registadas (Fig. 7). A inércia e longevidade dos limites dos prédios possibilitaram em seguida, identificando e acedendo a documentação arquivística e gráfica, traçar uma narrativa individualizada de cada um e ensaiar a reconstituição dos processos e dinâmicas que ordenaram a ocupação e utilização humana daquele espaço no último século. O Levantamento Aéreo fotográfico de 1958 (*Voo Americano*, Fig. 8) constituiu sempre neste inquérito um valioso e pormenorizado registo do momento que ficou marcado pelo auge da ocupação demográfica do espaço rural.

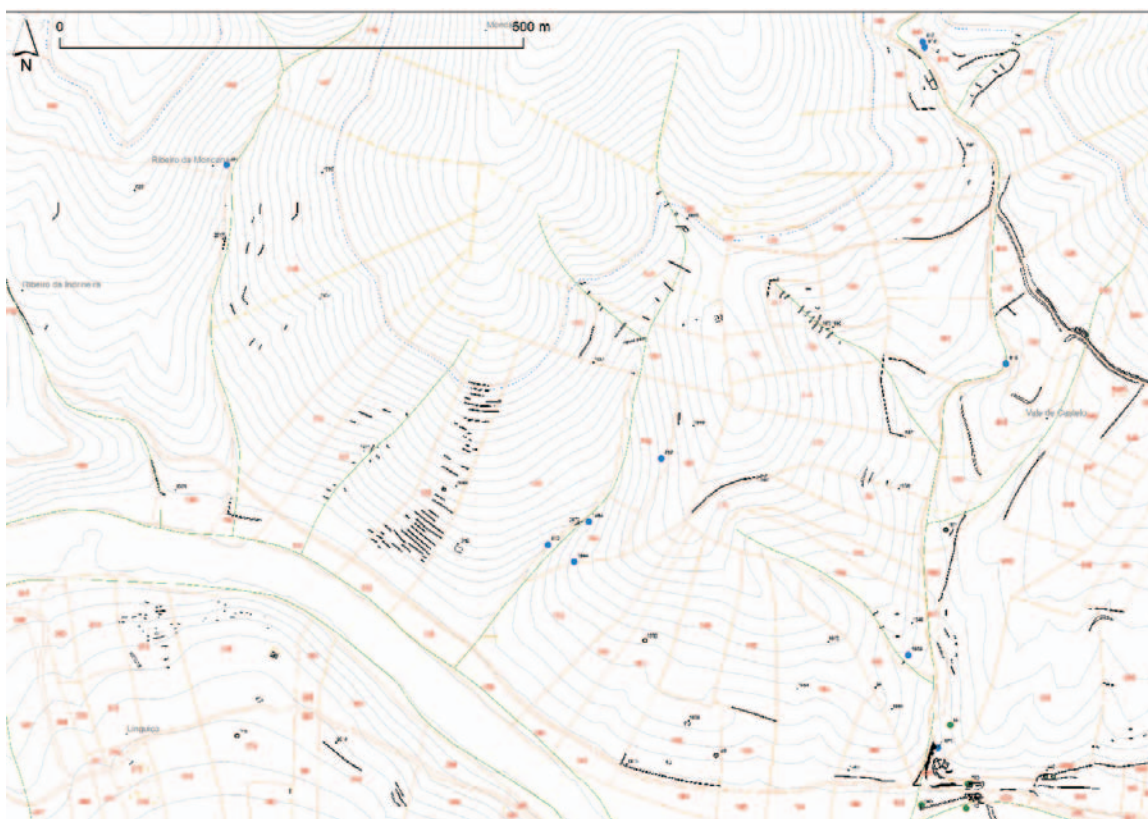


Figura 7

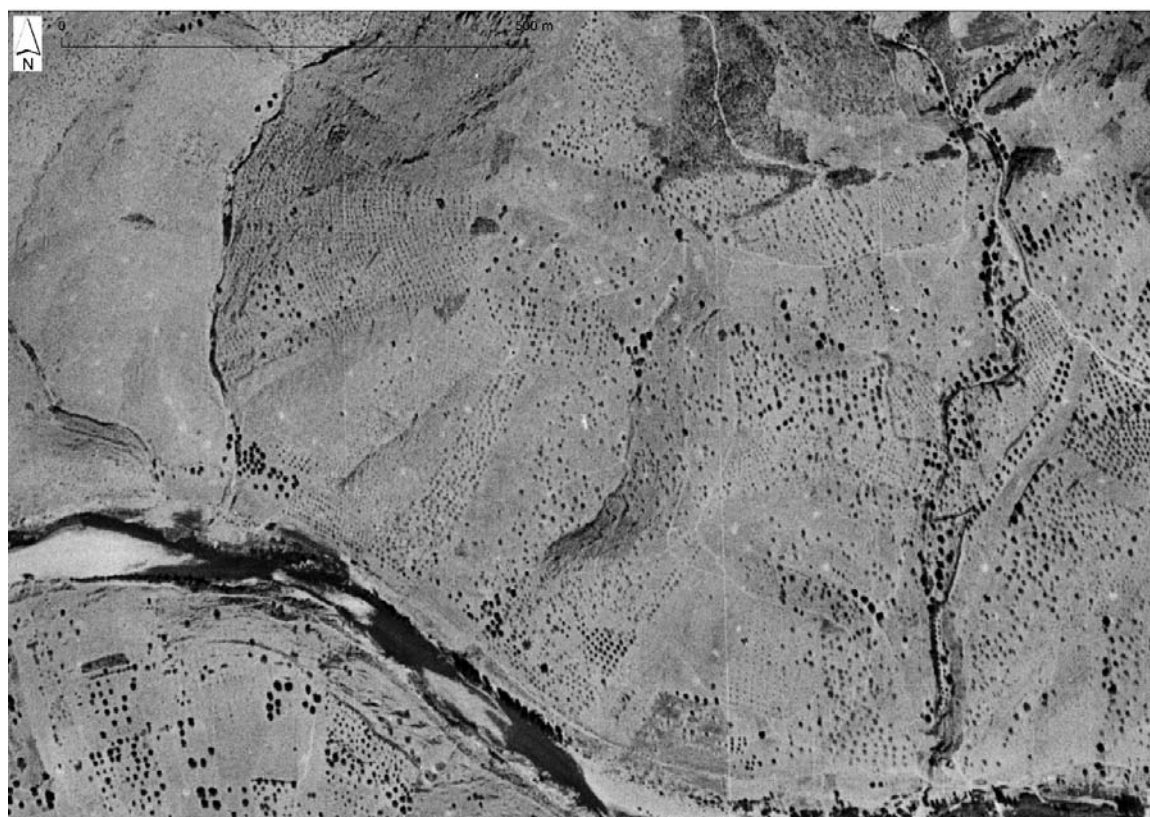


Figura 8